



Famoso baile de gala é aguardado todo ano pela população

Tradicional ‘Baile de Agosto’ será neste sábado em São Roque

Uma das tradições mais aguardadas do calendário social de São Roque, no interior de São Paulo, está de volta. Em comemoração aos 369 anos de fundação do município, o São Roque Clube realiza mais uma edição do baile de gala, conhecido como ‘Baile de Agosto’. No sábado, 15 de agosto, a partir das 23h, a noite será comandada pela tradicional Banda Palace, prometendo muita música, dança e confraternização. Como de costume, o traje exigido é o social. Devido às adequações na estrutura física do clube, a capacidade neste ano será limitada a 800 pessoas, conforme informou a organização do evento. Associados têm entrada gratuita e 50% de desconto na aquisição das mesas, conforme as regras do clube. Segundo as informações do próprio local, os ingressos para este sábado já se esgotaram, confirmando a procura por mais um ano de tradição na cidade.

Maioria rejeita revisão de obras do Calçadão

A maioria dos vereadores de São Roque rejeitou o requerimento que pedia informações sobre a obra do Calçadão da Rua Dr. Stevaux. A proposta teve cinco votos favoráveis e oito contrários. O documento solicitava dados sobre projeto, contratação, execução e entrega da revitalização. Autores citaram reclamações de moradores e comerciantes sobre falhas no piso e drenagem. Parlamentares disseram que o pedido buscava mais transparência e fiscalização do investimento público.



Pedido buscava esclarecer execução e qualidade da obra

Vereadora debate tarifaço com Alckmin em SP

A vereadora Rai de Almeida (PT) participou de reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin, em São Paulo, para discutir os impactos do tarifaço dos EUA. Piracicaba está entre as mais afetadas. A comitiva pediu medidas como crédito, incentivos e apoio ao emprego. O governo federal afirmou que ações estão em andamento e novas agendas devem ocorrer na cidade. Também foram debatidas alternativas para abertura de novos mercados, acesso a linhas do BNDES e proteção à indústria local.

Tietê cria comissão para validar cotas raciais

A Câmara de Tietê aprovou o PL 62/2026, que cria comissão para analisar a compatibilidade de autodeclarações com a política de cotas em concursos. A medida inclui a função na estrutura administrativa e atende à legislação municipal. Candidatos poderão passar por verificação. O impacto é de R\$ 36,6 mil ao ano, segundo o Executivo. Para 2026, o custo estimado é de R\$ 15,2 mil.

IPTU do Centro Histórico

A Câmara de Jundiaí realiza, em 3 de setembro, às 18h, audiência pública sobre o PLC 1.186/2026, que propõe isenção de IPTU a negócios culturais, gastronômicos e criativos no Centro Histórico. A medida busca incentivar a ocupação qualificada, fortalecer o turismo e valorizar o patrimônio local. A participação é aberta.

Índices criminais

Dados da SSP-SP apontam queda nos índices criminais em Jundiaí no 1º semestre. Roubos de carga caíram 41% e furtos de veículos, 24,8%. Também houve redução em roubos e furtos em geral. O resultado é atribuído à atuação integrada das forças de segurança e ao uso de tecnologia e estratégias de monitoramento, além do reforço no patrulhamento.

Comissão impedida

Vereadores de Limeira foram impedidos de entrar na Emeief Alfredo Stahlberg durante fiscalização da Comissão de Obras, após a interdição do prédio pela Defesa Civil. O colegiado também não teve acesso ao laudo técnico solicitado. A vistoria buscava acompanhar a situação e as providências adotadas pelas autoridades responsáveis.

Praça da Matriz

Porto Feliz reinaugurou a Praça da Matriz e apresentou o novo Calçadão Central após a revitalização do Centro Histórico. A obra valoriza a história do município, fortalece o comércio e melhora um dos principais espaços de convivência, agora mais acolhedor e preparado para moradores e visitantes, incentivando turismo e eventos.

Prefeitura assume erro

A Prefeitura de Araraquara admitiu ser responsável pela iluminação da Rua Elias Gibran, na Vila Ferroviária, há dois anos no escuro. Em resposta a requerimento, informou ter solicitado à CPFL a instalação de postes. A medida será custeada com recursos da CIP. Moradores cobram solução e apontam insegurança no local.

Regulamentação

A Câmara de Franca aprovou substitutivo ao PL 45/2026, que regulamenta a instalação e o funcionamento de crematórios no município. O texto define critérios técnicos, ambientais e sanitários, além de regras para licenciamento e fiscalização. A proposta também autoriza a iniciativa privada a operar o serviço.



Documento reúne denúncias sobre atendimento e estrutura no hospital

Relatório aponta falhas no Conjunto Hospitalar de Sorocaba

Ministério Público cobra providências e vai discutir irregularidades com o Estado

Da **Redação**

O relatório final da Comissão Especial de Monitoramento da Rede Estadual de Saúde da Câmara de Sorocaba aponta um de falhas estruturais, assistenciais e financeiras no Conjunto Hospitalar de Sorocaba (CHS), principal unidade de referência para atendimentos de média e alta complexidade na região. O documento reúne depoimentos de pacientes, familiares e trabalhadores e será encaminhado a órgãos de controle para apuração.

A comissão analisou casos de atendimento na unidade e identificou padrões de problemas, como falta de leitos, déficit de profissionais, escassez de insumos e dificuldades no acesso a prontuários. Também foram relatadas situações de instabilidade na internação, com transferências frequentes entre setores e alta precoce de pacientes.

Entre os registros, há relatos de agravamento de quadros clínicos em meio à demora por atendimento adequado. O documento também aponta que a falta de vagas no hospital impacta diretamente a rede municipal, com pacientes aguardando por dias transferência em unidades de urgência.

O relatório destaca ainda a sobrecarga das equipes de saúde, com profissionais atendendo um número elevado de pacientes por plantão. Depoimentos indicam dificuldades operacionais, incluindo falta de materiais básicos e limitações estruturais em setores do hospital.

No campo financeiro, a comissão identificou divergências que, segundo o documento, exigem auditoria, além de apontar a necessidade de maior transparência na execução do contrato de gestão, que ultrapassa R\$ 1 bilhão.

Paralelamente, o Ministério Público do Estado de São Paulo acompanha o caso e anunciou que vai se reunir com representantes do governo estadual e da entidade gestora para discutir medidas de melhoria no CHS. O órgão aponta problemas estruturais e operacionais, incluindo sobrecarga de equipes, falhas em equipamentos e condições inadequadas de funcionamento, que podem comprometer o atendimento à população.

O relatório da Câmara agora segue para análise dos órgãos competentes, que poderão adotar medidas administrativas, civis e criminais a partir das conclusões apresentadas.